

Processo disciplinar com ref.^a DA 112/12

Arguido: [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:



1. Relatório

Na sequência de participação feita pela Direcção da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC) a 9 de Agosto de 2012, no dia 27 daquele mesmo mês, o Conselho Disciplinar da FPC (CD) determinou a instauração de procedimento disciplinar ao [REDACTED] com fundamento em factos ocorridos no Campeonato Nacional de Regatas em Linha, realizado entre os dias 19 e 22 de Julho de 2012, mais concretamente, na regata 354 Final A de K4 Juniores Femininos.

Como instrutor, foi nomeado Senhor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

O clube arguido foi notificado da instauração do procedimento disciplinar a 2 de Outubro de 2012.

No dia 17 de Janeiro de 2013, o clube foi notificado da nota de culpa, imputando-lhe o Sr. Instrutor a prática da infracção muito grave prevista no ponto 3.5 alíneas c) e e), e a punir nos termos do ponto 5.2.4., ambos do Regulamento Disciplinar da FPC, suspensão pelo prazo de um a três meses ou de uma a cinco provas ou, em alternativa, a condenação ao pagamento de uma multa cujo limite mínimo e máximo serão um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional.

No dia 28 de Janeiro de 2013, o clube exerceu o direito de defesa, alegando, em síntese, o seguinte:

i) *“reconhece o [REDACTED] como reconheceu desde início, que cometeu a infracção de substituição da atleta [REDACTED] pela Atleta [REDACTED] e não contesta essa acusação”;*

ii) *“não tem o [REDACTED] qualquer antecedente em matéria de infracções disciplinares”;*

iii) *“tem o [REDACTED] ao longo dos últimos anos contribuído para prestigiar a canoagem nacional e um percurso relevante ao serviço do desporto”;*

iv) *“a comissão de competição errou ao não proceder legalmente à desclassificação da nossa tripulação de acordo com os trâmites processuais previstos na alínea e) do artigo 30.º do RGC”;*

v) *“a comissão de competição errou e agiu de má-fé ao participar ao Conselho de Disciplina actos posteriores a uma alegada desclassificação, nunca praticados pelo*

vi) *“entende o [REDACTED] que quaisquer actos posteriores a uma desclassificação (inexistente) não podem ser considerados como circunstâncias agravantes, para efeitos deste processo disciplinar”;*

vii) *“à luz do que tem sido o comportamento dos vários agentes da canoagem, como se pode querer punir o [REDACTED] exemplarmente e outros clube não, sem ferir o princípio da igualdade consagrado no ponto 1.6 do Regulamento Disciplinar?”.*

Por fim, conclui, propondo a *“(...) declaração de nulidade deste processo disciplinar (...), ou, em alternativa, a aplicação de uma “(...) advertência”.*

Com a defesa, o arguido não ofereceu qualquer prova nem requereu a realização de qualquer diligência.

No dia 18 de Fevereiro de 2013, o Sr. Instrutor elaborou relatório final e proposta de decisão, propondo, a final, *“ponderadas as circunstâncias agravantes e atenuantes que enquadram a prática do ilícito e sopesadas as necessidades de prevenção geral e especial (...) que o Conselho de Disciplina da FPC, nos termos do disposto no ponto 3.5, alínea e), e 5.2.4 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, aplique ao infractor [REDACTED] uma pena de multa no valor de um salário mínimo nacional”.*

2. Matéria de facto provada

1. O [REDACTED] é uma associação de direito civil, de âmbito desportivo, cultural e recreativo, que, nos termos Estatutários, disponíveis em [http://www.\[REDACTED\]](http://www.[REDACTED]) tem como objecto *“(...) fomentar a prática desportiva no sentido formativo e competitivo, dirigido ao desenvolvimento físico e aperfeiçoamento moral dos seus associados (...)” e “(...) contribuir para a formação cultural e cívica dos seus associados promovendo conferências, colóquios e exposições (...)”.*

2. O [REDACTED] encontra-se inscrito na Federação Portuguesa de Canoagem desde a pretérita época desportiva de 2006.

3. O [REDACTED] não tem averbada no seu boletim disciplinar qualquer registo de infracção anterior aos factos *sub judicio*.

4. Nos passados dias 19 a 22 de Julho de 2012, o [REDACTED] participou com várias tripulações e em várias regatas no Campeonato Nacional de Regatas em Linha, realizado no CAR de Montemor-o-Velho.

5. Para a prova, entre outras atletas, o arguido inscreveu validamente, a atleta [REDACTED] titular da licença federativa n.º [REDACTED]

6. Porém, na regata 354, Final A, de K4 Juniores Femininos, o clube arguido, à revelia da organização e da equipa de arbitragem, e procurando ocultar-lhes esse facto, substituiu a atleta [REDACTED] pela sua antiga atleta [REDACTED]

7. Por via dessa substituição, o clube arguido tentou enganar a organização e a equipa de arbitragem e fez passar a atleta [REDACTED] pela atleta [REDACTED]

8. A atleta [REDACTED] foi, por isso, a atleta que efectuou a regata da final, em detrimento da inscrita [REDACTED]

9. A atleta [REDACTED] não se encontrava inscrita para a regata em causa, nem sequer como suplente.

10. [REDACTED] não estava tão-pouco federada para a época desportiva de 2012.

11. Uma vez verificado o sucedido, e já após a cerimónia de atribuição de medalhas, o clube arguido foi desclassificado da regata pelo Juiz Árbitro.

12. No relatório de competição, de 1 de Agosto de 2012, o Juiz Árbitro registou que o clube arguido foi desclassificado no âmbito da mencionada regata 354, Final A, de K4 Juniores Femininos.

13. Efectuada e comunicada a desclassificação, o Juiz Árbitro solicitou ao delegado do clube arguido a devolução das medalhas atribuídas.

14. Não obstante as diligências efectuadas pela equipa de arbitragem, o delegado do clube arguido recusou-se a devolver as referidas medalhas.

15. O clube arguido colocou em questão a autoridade dos membros das diversas equipas de arbitragem e da Federação Portuguesa de Canoagem.

16. O delegado do clube arguido estava bem ciente da irregularidade cometida.

17. Com a sua conduta, o clube arguido prejudicou o normal desenrolar da competição, violando os princípios da verdade e ética desportivas.

18. O clube arguido, ao ter procurado ludibriar toda a equipa de arbitragem presente na competição, manifestou desprezo pelos valores da ética, da verdade desportiva e do *fair play*.

19. O clube arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida pelos Regulamentos da Federação Portuguesa de Canoagem.

20. Não obstante, não se coibiu de apresentar a atleta Emily Pedroso a competição na mencionada regata.

21. Bem sabendo o clube arguido que a atleta [REDACTED] não se encontrava inscrita para a prova em questão e que, com a atitude descrita, estava a falsear os resultados.

Ao invés, não foi dado como provado que:

A. O clube arguido tenha feito passar a atleta [REDACTED] pela atleta [REDACTED] com o claro propósito de obter uma vantagem desportiva significativa;

B. O clube arguido tenha provocado os delegados dos clubes adversários;

Não se considerou igualmente provada toda a demais matéria conclusiva e ou de direito integrada no ponto I da acusação sob o título “Dos Factos” por ser insusceptível de prova.

3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, essencialmente, no relatório de competição de fls. 3 a 5, que é claro na descrição dos factos, na identificação dos autores e na menção das circunstâncias de tempo, modo e lugar em que aqueles mesmos factos ocorreram. Assim, analisados tais documentos de forma global e conjugada, podemos dar como provada, para além de qualquer dúvida razoável, a factualidade supra descrita.

Importa ainda acrescentar que o clube arguido não nega o facto de ter substituído a atleta [REDACTED] pela atleta [REDACTED]. Alega, isso sim, que a substituição de atletas em regatas é prática corrente na canoagem nacional e que tais condutas nunca foram sancionadas disciplinarmente. Para prova dessas alegadas situações juntou os seis documentos, que constam de fls. 40 a 51, procurando com eles excluir ou atenuar a respectiva responsabilidade disciplinar

Para além desta, não foi produzida nem requerida qualquer outra prova, designadamente, testemunhal.

4. Fundamentação de direito

O clube arguido vem acusado pelo Sr. Instrutor da prática da infracção disciplinar muito grave prevista no ponto 3.5 alíneas c) e e), e a punir, segundo o Sr. Instrutor, nos termos do ponto 5.2.4., ambos do Regulamento Disciplinar da FPC, com suspensão pelo prazo de um a três meses ou de uma a cinco provas ou, em alternativa, com condenação no pagamento de uma multa cujo limite mínimo e máximo serão um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional.

Não contestando a acusação, nem o cometimento da infracção que lhe é imputada, o arguido pede na defesa *“declaração de nulidade deste processo disciplinar”*, alegadamente por incumprimento da *“comissão de competição”* dos *“trâmites processuais previstos na alínea e) do artigo 30.º do RGC”* e *“do princípio da igualdade consagrado no ponto 1.6 do Regulamento Disciplinar”*. É o que se deduz da defesa, uma vez que pressupondo qualquer nulidade a violação de uma norma legal ou regulamentar, estas são as únicas normas a que o arguido faz referência na sua defesa.

No relatório final, o Sr. Instrutor considerou praticada a infracção disciplinar muito grave prevista no ponto 3.5., alínea e), do Regulamento Disciplinar da FPC porquanto praticou *“actos notórios e públicos que atentam contra a dignidade ou a ética desportiva”* que se revestem de *“especial gravidade”*, propondo a aplicação de sanção de multa no valor de um salário mínimo nacional, nos termos do ponto 5.2.4. do mesmo Regulamento Disciplinar.

Vejamos.

De acordo com o disposto pelos artigos 11º, 12º e 14º do Regulamento Geral de Competições (RGC) os clubes apenas podem utilizar em competição atletas que estejam prévia e regularmente inscritos na FPC e validamente inscritos para a concreta competição, apenas podendo ser substituídos por outros nos termos dos mesmos artigos.

Por seu turno, prescreve o artigo 30º, al. a), do mesmo RGC que *“[t]odo o competidor que tentar ganhar lugares numa prova por meios não honrosos ou que infrinja os regulamentos será desclassificado”*.

Ora:

Como resulta da factualidade dada como provada, o clube arguido, ocultando esse facto à organização da prova e à revelia desta, substituiu a atleta [REDACTED] validamente inscrita para a regata, pela atleta [REDACTED], que, além de não estar inscrita para aquela prova, tão-pouco se encontrava federada. Não há dúvidas, por isso, de que o clube arguido, agindo de forma intencional, violou as normas ínsitas

nos artigos 11º, 12º e 14º do RGC, tentando enganar a comissão de competição e demais competidores com o propósito de retirar benefício ilegítimo.

Por isso, ao infringir os regulamentos, o arguido foi desclassificado à luz do artigo 30º, al. a), do RGC.

Cumpre, contudo, dizer, de forma clara, que não é a desclassificação que está sob apreciação nestes autos. Essa decisão de ordem técnica foi já, em devido tempo, tomada e registada no relatório de competição pelo Juiz Árbitro. Neste sentido, se o clube arguido não se conformou, na altura, com o mérito da decisão de desclassificação ou com o procedimento regulamentar adoptado na tomada da mesma, devê-la-ia ter impugnada pelo meio, prazo e perante o órgão próprio. Certo é que não é este o meio próprio para o arguido discutir a validade ou invalidade da desclassificação.

No âmbito destes autos aprecia-se, sim, se os factos provados integram ou não a previsão de algum dos ilícitos disciplinares tipificados no Regulamento Disciplinar, mormente, a infracção disciplinar muito grave prevista no ponto 3.5, alíneas c) e e), do Regulamento Disciplinar da FPC.

Dispõe o mencionado ponto 3.5. do Regulamento Disciplinar, sob a epígrafe, “[i]nfracções muito graves”, que são consideradas infracções muito graves:

(...)

c) “qualquer actuação dirigida a predeterminar o resultado de uma prova ou competição, ou a provocar a sua suspensão, independentemente do meio usado”;


(...)

e) “os actos notórios e públicos que atentem contra a dignidade ou a ética desportiva, quando revistam especial gravidade”.

(...)

Para que estejamos perante a infracção disciplinar prevista no citado ponto 3.5., alínea c), do Regulamento Disciplinar necessário é que o autor dos factos tenha actuado com intenção de predeterminar o resultado de uma prova ou competição, ou com intenção de provocar a sua suspensão.

Porém, se é óbvio que no caso em apreço não existe qualquer indício de que o club arguido tenha tido intenção de provocar a suspensão da competição, também nos parece evidente que não há nos autos prova de que o arguido tenha agido com o propósito de predeterminar o resultado de prova ou competição. Não pode, por isso, o julgador, na avaliação da responsabilidade disciplinar do arguido, formular conclusões que não encontrem na prova produzida o necessário suporte.

Assim, em face da prova produzida, ter-se-á de concluir pela não verificação da infracção prevista no ponto 3.5., alínea c), do Regulamento Disciplinar. 

Importa então avaliar se os factos apurados assumem o carácter de actos notórios e públicos que atentam contra a dignidade ou a ética desportiva e, se sim, se se revestem ou não de especial gravidade, pois que do preenchimento ou não deste requisito adicional (especial gravidade) depende a sua qualificação como infracção muito grave (ponto 3.5. alínea e) do Regulamento Disciplinar) ou como infracção meramente grave (ponto 3.4., alínea b), do Regulamento Disciplinar).

Como resulta da factualidade considerada provada, o clube arguido substituiu a atleta [REDACTED], inscrita na FPC na época em curso e validamente inscrita para a prova, pela atleta [REDACTED], que, além de não estar inscrita para a prova, também não estava sequer inscrita na FPC na época em questão.

Não se conhece a concreta motivação pela qual o arguido tentou passar a atleta [REDACTED] pela atleta [REDACTED] mas o certo é que o fez no âmbito da prova final de um campeonato nacional, em competição realizada num local público, à vista de todos (espectadores, equipas adversárias, árbitros, etc) e de forma ostensiva, bem sabendo que estava a infringir os regulamentos desportivos e a colocar em causa os princípios da ética, da verdade desportiva e da lealdade entre competidores, pelo que tal conduta era proibida e punida pelos regulamentos desportivos.

O clube arguido praticou, assim, em público, actos que desmerecem a modalidade e que colocam em causa os princípios éticos basilares de qualquer actividade desportiva. Os factos merecem maior reprovação e censura ainda pela circunstância de terem ocorrido no âmbito de competição júnior. Dos dirigentes e dos clubes, mais do que títulos, espera-se que sejam referenciais na formação dos jovens, inculcando-lhes os valores éticos do espírito desportivo. Se revelam desprezo pela verdade e pela lealdade desportiva, prestam um mau serviço ao desporto e aos jovens que têm a responsabilidade de formar.

Perante todo o circunstancialismo, não há dúvida de que o arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária com intenção de enganar a Comissão da Competição e demais competidores. Agiu, pois, com dolo directo.

Se, como o refere o arguido, outros clubes já o fizeram ou o fazem habitualmente, tais factos deverão ser comunicados aos órgãos competentes para averiguação, pois que, desde que tomou posse, em Novembro de 2012, este Conselho de Disciplina não recebeu qualquer participação nesse sentido.

Cumpre, todavia, apreciar se os actos praticados revestem ou não especial gravidade.

Pese embora o Regulamento Disciplinar recorra várias vezes ao termo “especial gravidade” ou “excepcional gravidade” para caracterizar as infracções (v.g. pontos 3.5., e), h) e i), e 10.1., 2), em local algum do mesmo regulamento define essa “especial” ou “excepcional” gravidade, o que levanta dúvidas sobre os casos que deverão ser entendidos como de “especial” ou “excepcional” gravidade.

Considerando que o ponto 4.2. do Regulamento Disciplinar prevê como circunstância agravante “a produção de resultados prejudiciais ao prestígio e ao bom nome da Canoagem...”, temos para nós que a “especial” ou “excepcional” gravidade não se bastará somente com tal caracterização de lesão do “prestígio e bom nome da Canoagem”.

Neste sentido, perante os concretos factos apuramos, é nosso entendimento que a conduta praticada pelo arguido não reveste especial gravidade, devendo, isso sim, ser qualificada como infracção grave à luz do disposto pelo ponto 3.4., alínea b), do Regulamento Disciplinar, na medida em que a conduta publicamente assumida pelo infractor atenta contra a ética desportiva.

5. Da escolha e medida da pena

Considerando o carácter grave da infracção praticada, a intensidade do dolo (directo), a circunstância de a conduta lesar o bom-nome e prestígio da Canoagem e, sobretudo, representar um mau exemplo para os jovens, bem como o facto de já ter sido desclassificado da competição em causa, julgamos adequada a aplicação de multa no valor de 500€ (quinhentos euros), nos termos dos pontos 5.1., d), 5.2.4, e 5.5. do Regulamento Disciplinar.

*

6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em condenar o clube arguido em pena de multa no valor de 500€ (quinhentos euros), em virtude da prática da infracção disciplinar grave prevista pelo ponto 3.4., alínea b), do Regulamento Disciplinar da FPC.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados

personais relativos ao clube e aos atletas, designadamente, nomes, número de licença federativa e morada.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013

